



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 6/2021

----- Aos vinte seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, não presencial, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cadoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Pelas dez horas e dois minutos, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 2/2021, referente à reunião ordinária de vinte e dois de janeiro de dois mil e vinte e um. -----

----- Aprovada a ata nº 2/2021, por unanimidade dos presentes com direito a voto (seis presenças). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 3/2021, referente à reunião ordinária de doze de fevereiro de dois mil e vinte e um. -----

----- Aprovada a ata nº 3/2021, por unanimidade dos presentes com direito a voto (seis presenças). -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quatro milhões, trezentos e catorze mil, setecentos e noventa e oito euros e sessenta e quatro cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e noventa e sete mil duzentos e vinte cinco euros e trinta cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- Não havendo assuntos para conhecimento seguiu-se o período de Intervenção dos Membros do Executivo. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que tinha lido uma publicação no *facebook* na página da Câmara Municipal, relativa ao mais recente surto de Covid-19 e visita efetuada pelos serviços da Proteção Civil da Câmara Municipal e por outras Entidades.

----- Questionou o Executivo, face ao conteúdo da publicação que citou: “O Plano de contingência da empresa já está a ser cumprido, quer o Município dizer que o plano de contingência não estava implementado, recorde um surto ocorrido anteriormente, para não falar de outros que infelizmente ocorreram no nosso concelho. O Senhor Presidente disse não interessar analisar e discutir, pelo facto da empresa em causa se localizar noutra concelho, não obstante, muitos trabalhadores desta fossem residentes no nosso concelho”. -----

----- Ainda no *facebook*, e na publicação de vinte e quatro de março, “a Câmara Municipal de Rio Maior quer ouvir os Riomaiorenses”, e supondo que se receberiam dezoito mil propostas/sugestões, a Câmara Municipal ficaria com uma sondagem e obteria um programa eleitoral. Disse ainda que se podia deduzir, salvo a existência de outras opiniões, que “uns Governam pelo *twitter* e outros pelo *facebook*”.-----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo-se ao Covid-19, relativamente à notícia que surgiu sobre o surto na Empresa Costa & Ferreira, dizendo que já tinham surgido outros surtos e que era uma situação “normal”, porque os surtos iram sempre acontecer, no entanto, teria que se enfrentar o problema e encontrar forma de minimizar danos e evitar que outros surtos possam surgir. -----

----- Disse ainda que tinha lido no *facebook* uma publicação do Município, com a informação de que existem sessenta e oito casos ativos e cinquenta e três sob vigilância. Assim, analisando os números, existem trezentos e trinta e três casos por cem mil habitantes, ou seja, cerca de oitenta e oito casos acima da linha vermelha, dizendo que esta era uma situação que a todos deveria preocupar, não devendo ser minimizada, nem relativizada, considerando que Rio Maior, a nível Distrital e Nacional, tem sido um dos piores concelhos a este nível. Considerou que se deveria analisar e refletir sobre estes números e tentar encontrar razões e soluções. -----

----- Ainda sobre o surto na citada empresa, e, partindo do princípio de que as empresas respeitam as orientações gerais da DGS (Direção Geral da Saúde), questionou o Executivo se a Câmara Municipal de Rio Maior, nomeadamente os serviços de Fiscalização, em parceria com as Autoridades de Saúde e Guarda Nacional Republicana, têm algum plano especial de intervenção e monitorização para gestão e

acompanhamento destas questões nas grandes Empresas. -----
----- Continuou dizendo que as escolas estavam fechadas, porque, era um local de grande aglomeração, assim como o confinamento na época festiva da Páscoa, para evitar aglomerações e ajuntamentos familiares, opinando que nas grandes empresas, com centenas de trabalhadores e onde existem grandes aglomerações, os cuidados têm de ser redobrados. Disse que a Câmara Municipal deveria reforçar a intervenção em articulação com as autoridades, numa logica de fiscalização e sensibilização. -----
----- Ainda sobre a Pandemia Covid-19, questionou o Executivo se a Câmara Municipal tinha criado alguns centros de vacinação, além do Centro de Saúde, sugerindo um espaço mais central como o Pavilhão Multiusos, à semelhança do que fizeram outros concelhos, embora sabendo que este processo de vacinação está ainda muito lento, porque três meses após o seu início, apenas cerca de cinco por cento da população foi vacinada. Disse ainda que tem sido noticiado, que durante o mês de abril se irá proceder à vacinação em larga escala, questionando mais uma vez, se o Executivo estava preparado para o momento. -----
----- Continuou dizendo que também tinha sido noticiado que o Governo pretende suscitar um novo momento de reflexão e análise sobre a reorganização do mapa territorial das freguesias, lembrando que em dois mil e treze, o mapa das freguesias já tinha sido alterado, dando origem à fusão de freguesias. -----
----- Referiu também que alguns Partidos estavam a pressionar para que este assunto fosse resolvido antes das próximas Eleições Autárquicas, opinando que esta questão será muito difícil de resolver antes das referidas Eleições, no entanto, trata-se de uma matéria que continuará a ser debatida e terá de ter uma solução e uma decisão final. --
----- Questionou o Executivo se pretendia analisar e debater este assunto e se desejava reverter alguma fusão das freguesias, porque para se poder reverter alguma fusão das que ocorreram em dois mil e treze, iria haver um conjunto de exigências por parte do Governo, nomeadamente, terá de existir nos territórios uma extensão de Saúde, um equipamento desportivo, um equipamento cultural, um jardim público e um espaço de lazer infantil. -----
----- Continuou dizendo que tinha ideia de ter visto uma noticia sobre as transferências da Ação Social para os Municípios, iria ocorrer por estes dias, questionando o Executivo sobre o ponto de situação desta matéria. -----
----- Ainda no uso da palavra disse que a Comunidade Intermunicipal do Oeste, tinha apresentado uma ideia que lhe parecia muito importante, nomeadamente um Plano de Recuperação e Valorização dos moinhos de vento da Região Oeste, sendo um símbolo maior desta Região, e sendo Rio Maior um concelho de transição, entre a Região Oeste e a Lezíria, também existem alguns moinhos, pelo que alertava a Câmara Municipal de

Rio Maior para este espeto, porque, eventualmente, poderia estar interessada em dialogar com a Oeste CIM (Comunidade Intermunicipal do Oeste), e perceber se poderia entrar neste plano que pretende possibilitar a candidatura a Fundos Comunitários, possibilitando assim a recuperação de moinhos de vento. Disse também que se tinha lembrado dos moinhos de água da moagem “Maria Celeste”, dizendo que seria uma oportunidade perdida se não se encontrar na moagem uma reabilitação e recuperação de acordo com a sua função original, ou seja a moagem de cereais, numa lógica do que seria a estratégia de valorização de Rio Maior através da marca “Pão de Rio Maior”, dizendo que este era um assunto que deveria ser trabalhado pela Câmara Municipal, considerando que o mesmo não se deveria minimizar, relativizar e esquecer, porque tratando-se de uma marca do concelho de Rio Maior, deveria haver capacidade e vontade de trabalhar com os diversos produtores do setor da panificação e montar uma estratégia de valorização à volta do “Pão de Rio Maior. -----

----- Disse ainda, que os silos medievais, os potes Mouros de Alcobertas, também eram conhecidos como as “covas do pão”, porque era o local onde há mil anos atrás, se guardavam os cereais, sugerindo que deveria haver uma ligação entre estas situações e criar uma estratégia de valorização para Rio Maior. -----

----- Continuou questionando o Executivo, sobre quais os eventos que a Câmara Municipal tinha preparado sobre o “Dia Mundial da Árvore” e para o “Dia Mundial da Poesia”, considerando que existe no concelho de Rio Maior o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, com uma área florestal muito considerável. -----

-----Sobre a área da poesia relevou a existência da marca inestimável de grande valor do Poeta Ruy Belo, acrescentando que tinha sido mais uma oportunidade perdida de não se ter lançado o prémio do Poeta Ruy Belo. Disse também que após um mês da aprovação em Assembleia Municipal, não tinha conhecimento do ponto de situação deste assunto. Acrescentou que estava agora provado que a decisão que tinha tomado de se abster na aprovação deste assunto, fez todo o sentido, porque, após a sua aprovação, ainda é necessário deferir em Reunião de Câmara o seu montante, as datas, e outras harmonias, referindo que tinha defendido que no Regulamento deveriam ter ficado logo definidas todas estas questões. -----

----- Questionou o Executivo, sobre qual a estratégia que a Câmara Municipal pretendia para a implementação do prémio Nacional Poeta Ruy Belo e quais as datas definidas para o mesmo. -----

----- Questionou também o Executivo se as e as Jornadas da Juventude Rio Maior 2021, iriam existir, bem como qual o programa definido para os festejos do dia “25 de Abril”. -

----- Continuo parabenizando o Município sobre a iniciativa de adquirir uma carrinha para o Canil Municipal, dizendo que se percebia que havia uma intenção clara da

Câmara Municipal na valorização neste setor, considerando importante o bem-estar dos animais e solicitou informação por escrito, sobre o ponto de situação da intervenção de um veterinário no concelho de Rio Maior, dizendo que tinha ideia de haver uma avença com uma veterinária e por isso gostava de perceber o ponto de situação. -----

----- Terminou a sua intervenção, referindo que tinha ficado apreensivo com a notícia que leu sobre ASFIC (Associação Físico Cultural da Ribeira de São João), questionando se havia alguma informação que pudesse ser partilhada e se haveria o risco do referido clube pretender sair do concelho de Rio Maior e deixar de representar a Ribeira de São João. -----

----- Disse que a Câmara Municipal tinha adjudicado um contrato no dia quatro de março com um prazo de sessenta dias de execução, à Empresa Pitagórica - Investigação e Estudos de Mercado, para a elaboração de um estudo económico e social sobre o concelho de Rio Maior, questionando o Executivo sobre qual era o objetivo, qual o âmbito e se esse estudo iria ser objeto de apresentação pública e se iria ser partilhado com a Assembleia Municipal, com a comunidade e com o tecido social e económico do concelho de Rio Maior. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Voltou a intervir para questionar o Executivo sobre o meio que é usado para divulgar as reuniões da Câmara *online*. -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para responder às questões colocadas relativamente à transferência de competências no âmbito da Ação Social e disse que inicialmente foi publicado o processo de transferência que remetia para portarias que iriam regulamentar as citadas transferências de competências, as quais foram publicadas esta semana. -----

----- Esclareceu que em traços gerais, as Portarias regulamentam, o atendimento social e o rendimento social de inserção e foi essa informação que foi veiculada esta semana e que pode ser recolhida nas Portarias. Disse também que a transferência de competências na área a Educação é maioritariamente administrativa e de gestão das Escolas, no caso da Ação Social, está direcionada para equipas de trabalho, com formas de trabalho e com dinâmicas que já estão implementadas e que eram geridas centralmente, e que neste momento passaram para o Poder Local. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para responder as questões colocadas, e começou por falar sobre o surto de Covid-19, ocorrido na Empresa Costa & Ferreira de que todos tiveram conhecimento, referindo que estava implementado um Plano de Contingência que estava a ser respeitado, segundo informação da própria empresa e sendo uma empresa que labora

muitas horas estavam implementados três turnos, salientando que a Câmara Municipal não tem competência na área da fiscalização da execução e cumprimento dos Planos, por isso, na boa fé e na boa relação que existe com as empresas do Concelho, este foi mais um motivo de aproximação com a empresa, embora por razões infelizes.-----

----- Disse que, na sua opinião, a comunicação que é feita por parte da Câmara Municipal, faz sentido, uma vez que foi articulada com os serviços de Saúde, no sentido de, numa fase em que todo o País e o concelho de Rio Maior estavam a diminuir os casos, não é uma situação e uma comunicação normal, surgir num boletim epidemiológico diário, com quarente casos, e, é natural haver algum alarme e sobressalto por parte da população, quando a tendência no País está a descer. -----

----- Continuou dizendo que tinha sido acordado com o Delegado de Saúde, que o Município de Rio Maior e as Entidades presentes nestas visitas, que consoante o número de casos, iriam preparar a comunidade para que, quando a informação fosse disponibilizada de forma oficial através da DGS (Direção Geral de Saúde), não se verifique este sobressalto. Disse que a Câmara Municipal de Rio Maior não pretende fazer política, com os casos de Covid-19, mas sim, prestar informação. -----

----- Continuou dizendo que tinha sido colocada em questão a presença do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), na referida empresa.-----

----- O Presidente da Câmara solicitou que ficasse *ipsis verbis* em ata, o seguinte comentário que citou, “inclusive houve alguém que postou no “*facabook*”, e que perguntava SEF, mas ainda existe essa “merda?”. -----

----- Continuou dizendo que não podia concordar em nada com a politiquice barata de fazerem politica partidária com a desgraça de outros, referindo que era a forma mais baixa de fazer politica. Acrescentou que a Câmara Municipal cumpriu com aquela que é a sua missão e disse que a Vereadora Leonor Fragoso, que tem o pelouro da Saúde, acompanhou desde o primeiro minuto este caso, fazendo visitas à Empresa, com o setor da Saúde por solicitação da mesma, e, em conjunto também com o SEF, porque se existe um surto de Covid- 19, em pessoas com nacionalidades estrangeiras, era perfeitamente normal que o SEF, acompanhasse uma visita onde a esmagadora maioria dos trabalhadores não têm nacionalidade Portuguesa. -----

----- Referiu-se a comentários sobre perseguição, racismo, ostracização de imigrantes, dizendo que não comentava essas polémicas. Disse que foram as entidades Portuguesas a trabalhar e “bem”, e a visita que foi feita e os relatórios que serão elaborados são técnicos não são políticos e foram acompanhados de forma técnica. ---

----- Sobre as perguntas colocadas pelos Vereadores relativamente à questão da monotorização por parte da Câmara, respondeu que a Câmara Municipal não era um “Feudo” e que não existe uma entidade Feudal que tem de tomar conta de tudo o que

está à sua volta, no entanto, a Câmara Municipal tem todo o interesse em estar informada, mas, relativamente às funções e resoluções dos problemas da Saúde, a Câmara colabora quando o setor da Saúde necessita de apoio, e, desde o primeiro dia de Pandemia, que a Câmara sempre acompanhou a Saúde e nunca falhou, portanto, a Câmara Municipal, obviamente que monitoriza os casos no concelho, através e em parceria ,com a Saúde, agindo em complemento da mesma.-----

----- Sobre a questão do centro de vacinação, disse que a Câmara já tinha contactado o Centro de Saúde, através da enfermeira Celeste, propondo equipar um espaço que pudesse servir como centro de vacinação, indicando logo duas soluções de localização, no entanto a Senhora enfermeira ficou de falar com o Diretor Carlos Ferreira, mas ainda houve “feedback”, ou seja, a Câmara Municipal está preparada com o centro de testagem para a qualquer momento equipar um centro de vacinação, estando neste momento a aguardar que os responsáveis da área informem dessa vontade e decisão, dando assim cumprimento à função da Câmara Municipal. -----

----- Respondendo à Vereadora Ana Filomena Figueiredo disse que iria desconsiderar “pessoalmente” a sua opinião sobre o programa eleitoral onde referiu que uns governam pelo “twitter” e outros pelo “facebook”, referindo que quando ouvia as intervenções da Vereadora Ana Filomena Figueiredo e do Vereador Daniel Pinto, não tinha qualquer dúvida de quem governava pelo “facebook”, porque tudo são “lamirés” que vão rebentando do “éter” das Redes Sociais. -----

----- Respondendo também à questão do Estudo da Pitagórica, que o Vereador Daniel Pinto referiu, disse que estavam no final do Quadro Comunitário 20/20 e a iniciar o 20/30, por isso era perfeitamente normal que os municípios planeassem a próxima década, tentando adequá-la ao novo Quadro Comunitário, para se poder fazer uma saudável articulação entre os programas comunitários e as necessidades dos vários setores e da população. Assim foram iniciados dois processos, um processo de audição dos diversos setores com quem frequentemente falam, tendo intensificado os contactos na área do turismo, da ação social, educação, cultura e desporto, com o objetivo de até ao final de abril, apresentar um Plano Estratégico do Município, que terá de ter a aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal. -----

----- Disse que o Executivo com Pelouros, recolheu uma série de sugestões com quem tem a responsabilidade de planear as suas áreas, e foi construído um esboço com cada opinião sugerida, no entanto, consideraram o esboço das opiniões recolhida, pobre, porque não tinham sido ouvidos os setores da sociedade e a população, decidindo que era altura de redefinir e acrescentar informação a este esboço / documento, pelo que se fez este estudo com a Pitagórica que pretende ter a sensibilidade da população de uma forma geral, em relação à pandemia, da pandemia com a economia, ao relançamento

da normalidade do concelho, porque não o fazendo seria perder um sentir e um pulsar importante por parte da população. Disse também que se estava a trabalhar numa área mais técnica, abrindo a discussão à população, para que todos nas suas áreas de influência e nas suas capacidades possam contribuir para a construção deste Plano. --

----- Referiu ainda que, o facto de ser um ano eleitoral, pode ter levado a Vereadora Ana Filomena Figueiredo e a mais pessoas, a fazerem uma leitura eleitoralista da situação, no entanto, este documento assim que estiver pronto não será do PSD (Partido Social Democrata), do CDS - PP (Centro Democrático Social - Partido Popular), ou de outro, será um documento do Município de Rio Maior, no entanto, se as forças políticas que representam o Executivo com pelouros e as forças políticas que representam o Executivo sem pelouros, irão ter acesso ao mesmo documento, então que seja um programa eleitoral, quer de uns, quer de outros, porque é o que Rio Maior quer. Disse ainda que refutava totalmente a ideia de que a Câmara Municipal estivesse a fazer para os intervenientes, que supostamente serão candidatos, um plano eleitoral, porque é um documento público do Município. -----

----- Relativamente à reorganização das Juntas de Freguesia, disse que, particularmente, e sem vincular a Câmara Municipal, tinha uma opinião muito própria sobre esta questão, recordando que quando o diploma foi votado, na Assembleia Municipal, tinha votado contra em relação a trinta pessoas que votaram de outra forma.-

----- Ainda sobre esta matéria disse que não houve uma reorganização real, no entanto, retroceder seria mais prejudicial do que benéfico, porque nesta fase, fazer-se uma reorganização de Freguesias era uma manobra de diversão e assim tentar tirar foco político, uma vez que não iria a tempo das eleições, razão pela qual não fazia sentido discutir agora o assunto e guardá-lo durante todo o mandato autárquico, para o voltar a discutir na sua plenitude e no último ano do mandato 2021 / 2025. -----

----- Disse ainda que se fosse publicada uma Lei sustentada por um grupo que trabalho, que durante os quatro anos trabalhasse o assunto, isso sim, seria fazer política, porque de outra forma era fazer “politiquice” para agradar à “Geringonça” mais “canhota” e com isso conseguir distrair o meio político sobre outros temas de trabalho. Voltou a referir, que esta era a sua opinião pessoal, que só o vinculava a ele próprio. -----

----- Quanto à afirmação do Vereador Daniel Pinto, que disse que agora lhe fazia sentido a sua abstenção na votação do prémio Poeta Ruy Belo, disse que não concordava, porque este Prémio tem na casa Poeta Ruy Belo, uma âncora e o projeto não está reduzido à casa, ao prémio, à rota e à bolsa, mas sim, a um programa implementado, abrangente e enquadrador de toda a área do Poeta Ruy Belo, onde se poderá trabalhar, e foi este o seu argumento, mantendo-se fiel ao que tinha dito. Acrescentou que não fazia sentido Ruy Belo ser “salpicado”, na cultura Riomaiorense,

porque Ruy Belo era uma “âncora” da cultura Riomaioirense, e isso só era possível fazer com a implementação de um programa agregador e abrangente. Disse também que haverá uma data em que Rio Maior irá ter essa “âncora” da sua ação cultural. -----

----- Continuou dizendo que a Câmara Municipal, pretende assim, que essa “âncora” se encontre pronta e lançar todo este programa, conseguindo com isso uma diferenciação positiva do concelho de Rio Maior, que mais nenhum concelho terá, porque Ruy Belo, nasceu no concelho de Rio Maior e é aqui que ele terá o melhor tratamento. -----

----- Quanto ao Canil Municipal, disse que não havia nenhuma intenção, mas sim uma realidade, o Canil de Rio Maior foi, durante quarenta anos maltratado, porque o que se fez durante muitos anos deveria a todos envergonhar. Disse que os canídeos do concelho têm “hoje”, um tratamento que em poucos locais do País, conseguem ter igual. -----

----- Sobre o Veterinário Municipal, informou que a Câmara continua a ter o Dr. Simões Carvalho como Veterinário Municipal, funcionário partilhado em termos de vencimento, entre a Câmara Municipal e a DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária), de acordo com a legislação para os Veterinários Municipais, não obstante, e sem nenhuma desconsideração pessoal pelo Dr. Simões Carvalho, consideram que não era suficiente o serviço que o Veterinário prestava, e recorreram a uma prestação de serviços com a Dr.^a, Inês Lameiras, que foi convidada a trabalhar com a Câmara Municipal, através de contratação pública. Solicitou à Dr.^a Lurdes Violante que fizesse chegar ao Vereador Daniel Pinto os documentos deste processo. -----

----- Continuou a intervenção referindo que o Canil de Rio Maior possuía desde a sua construção, condições físicas para que pudesse ser um canil de referência, no entanto, faltou brio profissional e algum amor aos animais, um maneio correto e uma política de adoção, cuidados médicos e uma organização da população para que pudesse haver uma coabitação normal com os animais. -----

-----Disse que foram feitas grandes alterações nos últimos três anos no canil de Rio Maior, que “hoje” é uma referência nacional. Todos os animais estão desparasitados, castrados, registados, chipados e com condições de serem adotados. -----

----- Disse que o Canil era um Centro Oficial de Recolha, acrescentando que existe um serviço completo desde a recolha, à adoção, e, em breve, permitirá haver visitas com os alunos das escolas, por forma a criar um sentimento de pertença entre a comunidade infantil e o canil Municipal, sendo o objetivo, que quando estas crianças forem adultos, possam ter a noção e perceber que os animais que ali estão precisam de ser adotados. -----

----- Relativamente ao feriado do dia “25 de Abril”, disse que estava a ser preparada uma cerimónia diferente, com um encontro entre avós e netos, explicando o avô ao neto como foi vivido o “25 de Abril”. Este evento será feito em formato vídeo com pessoas reconhecidas do Concelho de Rio Maior. Não partidizando, tentou-se ter a visão de

um avô mais à esquerda e de outro mais à direita, para falarem sobre as experiências vividas do dia “25 de Abril”. -----

----- Opinou que os decisores políticos têm de encontrar uma forma para que o dia “25 de Abril”, não seja só mais um feriado nacional, sendo urgente tornar a cerimónia do dia “25 de Abril”, mais atraente para que as gerações mais novas e também os menos jovens que estão mais distantes do ambiente político, se sintam mais atraídos para conhecer mais sobre o dia “25 de Abril”. Acrescentou que ira haver também uma cerimónia com o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal, acrescentando que se estava a partir do principio que o dia “25 de Abril”, não possa ser celebrado presencialmente, no entanto, se a pandemia o permitir, será celebrada uma sessão Solene. -----

----- Disse que também tinha lido a notícia sobre a Associação da ASFIC, e, por conseguinte, contactou a referida Associação, que lhe transmitiu que a notícia iria ser corrigida. Continuou referindo que a ASFIC, era uma Associação Riomaiorense e que quer ficar em Rio Maior. Relativamente às Juntas de Freguesia com que se envolve e com a Câmara Municipal, não tem qualquer razão de queixa, pelo contrário, o que transmitiram foi um agradecimento muito grande pelo apoio que tem recebido. -----

----- Continuou dizendo que existe a Associação ASFIC, e o Diretor Desportivo da Equipa de Ciclismo, sendo que as palavras proferidas naquela ludibriosa entrevista foram da autoria do Diretor Desportivo, que não faz parte dos Órgãos Sociais da referida Associação, sendo, por isso, importante esclarecer que a Câmara Municipal contactou a Associação ASFIC, e foi-lhe comunicado com a “voz embargada”, que a Associação se sentia envergonhada com as declarações feitas pelo Diretor Desportivo da Equipa de Ciclismo. Considerando toda esta questão a Câmara Municipal está a aguardar pelos referidos esclarecimentos. -----

----- Sobre a publicitação das Reuniões de Câmara virtuais, informou que são divulgadas através das atas das mesmas que se encontram disponíveis na página oficial da Câmara Municipal. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção, dizendo que pretendia felicitar o IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude), e a Secretaria de Estado do Desporto, pela abertura da nova candidatura “Prime”, tendo em conta o momento que o País atravessa e as dificuldades que as Associações estão a passar e também as dificuldades que existem em instruir este tipo de processos, referindo que a Câmara está muito satisfeita com todo este processo e já se encontra a trabalhar com as Associações para perceber quem tem interesse em proceder a esta candidatura. -----

----- Continuou referindo-se ao Turismo e no âmbito do Projeto *Interreg*, disse que já tinha ocorrido a primeira reunião com os parceiros, para o desenvolvimento das experiências e do produto estruturado que colocará Rio Maior, numa rota Europeia de promoção do PCI (Parque de Ciência e Inovação), disse que era muito importante partilhar esta informação, considerando que Rio Maior irá pertencer a uma rota Europeia de Património Cultural e Imaterial. Acrescentou que acreditava que Rio Maior estava no caminho certo, o que muito em breve se poderá comprovar com a visita dos turistas ao território de Rio Maior, que é o objetivo principal. -----

----- Relativamente às questões colocadas, nomeadamente sobre a Semana da Juventude, disse que iria colocar este assunto a discussão no Conselho Municipal da Juventude que ocorrerá na próxima semana, com as Associações e com os jovens, para recolher também os seus contributos. -----

----- Sobre a questão dos moinhos de vento, disse que Rio Maior não pertencia à CIM-Oeste (Comunidade Intermunicipal do Oeste), no entanto, a Câmara Municipal encontra-se disponível para estas iniciativas e eventualmente poderá ser iniciado um diálogo a fim de perceber melhor o conteúdo da iniciativa. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio dizendo que era um “amante” dos moinhos de vento, dizendo que quando foi Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, tentou dinamizar o moinho de vento que pertence à Junta, e que já tinha sido recuperado pelo anterior Presidente, Senhor Marcelino. Informou que o projeto estava em pausa, porque o momento não é favorável a novos investimentos. -----

----- Continuou dizendo ainda que na Serra de Aire e Candeeiros existem uma série de equipamentos que poderão vir a ser recuperados para serem devolvidos à sua função original. -----

----- Disse também que o Vereador Daniel Pinto, se refere muitas vezes ao pão de Rio Maior, e o projeto que existia para o moinho, era a implementação de um programa denominado por “de grão ao pão” e com as crianças das escolas, fazer ali a moagem do grão, a criação da farinha e a cozedura do pão, no entanto, esse projeto não avançou, porque o moinho não foi recuperado com as madeiras adequadas que permitam colocá-lo em funcionamento.-----

----- Finalizou este assunto acrescentando que alguns moinhos já foram recuperados e destinam-se ao Turismo. -----

----- Continuou dizendo que não era correto falar-se de casos sociais de forma política, no entanto, e reconhecendo alguma proximidade relativa ao Vereador Daniel, solicitou-lhe que fizesse chegar uma mensagem a uma nova “Ordem” socialista que está a nascer, de relatos de “sem abrigo”, que parecem querer defender a proteção social, no

entanto, a partir do momento que deixa de haver caso político, essa nova “Ordem”, socialista esquece-se das pessoas, por isso, é importante referir que há muitos meses que a Câmara Municipal estava a tentar junto da Segurança Social, tratar da situação do Sr. Eugénio (Chibolinhas), para lhe poder dar melhores condições de vida, dizendo que foi um caminho penoso e longo e a Vereadora Leonor Fragoso fez um trabalho importantíssimo para a resolução deste caso, deixando um agradecimento à Vereadora e à técnica Ana Farinho, dizendo que o Sr. Eugénio já está num lar com todas as condições de vida. -----

----- No entanto vem agora essa “Ordem” socialista e os seus respetivos apoiantes, intransigentes e efusivos, querem fazer-se valer de alguns “post” que vão nascendo no “facebook”, para assumirem para si a resolução dos problemas sociais do Concelho.

----- Disse ainda que fazer vídeos e apelar à “guerra política”, com os casos sociais também não era correto, considerando que a Câmara Municipal pretende resolvê-los. -

----- Continuou dizendo que sabia que o Vereador Daniel Pinto, também não se identificava com esta forma de fazer política desta nova “Ordem” socialista, no entanto, solicitou que fizesse chegar a mensagem. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio agradecendo o enquadramento que tinha sido apresentado, dizendo que todos sabiam bem qual era o seu posicionamento, porque nunca procurou fazer política rasteira, acrescentando que não fazia parte dessa nova “Ordem” socialista, e que também não sabia quantas vagas ou vias ainda viriam de socialismo democrático ou não democrático em Rio Maior. -----

----- Continuou dizendo que nas reuniões de Câmara sempre fez questão de falar sobre este assunto, sem estar em articulação com ninguém, apenas e só, referiu o assunto, porque se deparava com a situação degradante, daquela carrinha sempre muito suja envolta em lixo e com o Sr. Eugénio a viver naquela situação degradante. -----

----- Terminou dizendo que se sentia feliz pelo facto de se ter resolvido este assunto e o Sr. Eugénio estar numa situação de acolhimento e reintegração social, parabenizando todos os que estiveram envolvidos no processo. -----

----- Questionou o Executivo sobre quais eram os próximos passos para a remoção da carrinha e limpeza do espaço que é prioritário. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para responder ao Vereador Daniel Pinto, dizendo que a Câmara Municipal já tinha reunido com o Lar Fausta Sequeira Nobre, solicitando ao Lar que fizesse chegar uma carta à Câmara Municipal solicitando a remoção da carrinha, porque a mesma não está na via pública, trata-se de um estacionamento num terreno privado. Deu conhecimento que o Lar já fez chegar a referida carta e o Departamento Jurídico já

está a trabalhar no assunto, para que, assim que seja legalmente possível, se fazer a remoção da carrinha e limpeza do espaço. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 12/2021 - CONTRATOS DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ANO -LETIVO 2020 2021-RETOMA DA SUA EXECUÇÃO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho nº 12/2021, de 15 de março, pelo qual se determinou, ao abrigo do artigo 298.º do Código dos Contratos Públicos recomendar as prestações objeto dos contratos a seguir mencionados e a notificação, por escrito, do cocontratante para o efeito:-----

----- Contrato N.º 59/2020/PS - Concurso Público para fornecimento - Transportes Escolares ano letivo 2020/2021, foi em 17/09/2020, celebrado contrato com a Rodoviária do Tejo, S. A., referente aos Lote 1 e 2 – Circuitos Especiais Escolares;-----

----- Por Requisição de Serviços – Aquisição de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2020/2021 – Serviço de Táxi, em 17/09/2020 a António do Rosário Frazão Lda.;

----- Por Requisição de Serviços – Aquisição de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2020/2021 – Serviço de Táxi, com início em dezembro de 2020 a António do Rosário Frazão Lda;-----

-- Processo N.º 122/2020 – Ajuste Direto para fornecimento - Aquisição de frutas, produtos hortícolas e bananas para o ano letivo 2020-2021- adjudicado a Horácio Barreiro - Frutas, Lda., por deliberação em reunião de Câmara do dia 11 de dezembro de 2020, iniciando a 01/01/2021;-----

--- Contrato N.º 2/2021/F – Ajusto Direto para fornecimento – Aquisição de Leite Escolar e Produtos Lácteos para o ano letivo 2020/2021, celebrado em 04/01/2021, com A. Marques, Lda. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 13/2021 - TRANSPORTES ESCOLARES – SERVIÇO DE TÁXI – ANO LETIVO 2020-2021 – RECOMEÇO DA EXECUÇÃO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho nº 13/2021, de 17 de março, pelo qual se determinou o recomeço parcial do contrato N.º 58/2020/PS, referente ao Lote 1, ao abrigo do artigo 298º do Código dos Contratos Públicos, e a notificação, por escrito, do cocontratante para o efeito, mantendo-se os restantes lotes suspensos conforme determinado no Despacho nº 9/2021, de 5 de fevereiro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 15/2021 – REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA CASA POETA RUY BELO – NÃO ENTREGA DA CAUÇÃO NO PRAZO FIXADO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 15/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 23 de março de 2021, pelo qual, atentos os fundamentos referidos na informação da Unidade Jurídica e Contratação Pública emitida no dia 23 de março de 2031, se determinou: -----

----- A notificação ao adjudicatário Solmaior, Lda., para, no prazo de 5 dias, dizer o que se lhe oferecer, relativamente à causa de não entrega da caução no prazo fixado; -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para manifestar a sua preocupação relativamente a este assunto da casa Poeta Ruy Belo, desejando que tudo corresse bem e que a Empresa não desistisse, porque num tempo muito recente muitas Empreitadas e Concursos Públicas ficaram desertos por dificuldades do setor, e, sabendo que esta foi a única Empresa a concorrer, esperava que não existissem mais atrasos, protelando os investimentos. Espera que a Câmara Municipal, em conjunto com a Empresa, possam encontrar o melhor caminho e solução para que a obra avance rapidamente. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.

----- **PONTO II - PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE SINOS – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL - FRÁGUAS.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuição de um apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo António de Fráguas, no montante de € 5.000 (cinco mil euros) para a aquisição de sinos e respetiva automatização. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO III - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS RELATIVAS A OCUPAÇÃO DE ÁREA EM ESPAÇO PÚBLICO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, que a Câmara Municipal, no âmbito das medidas de apoio do combate às consequências económicas resultantes

da pandemia da doença COVID-19 e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua redação atual redação, delibere: -----

----- Conceder a isenção das taxas pagas referentes à área ocupada no espaço público pelo estabelecimento de prestação de serviços Servirápidos, Lda, que se encontra abrangido pelas medidas extraordinárias de suspensão e restrição de atividade, para o ano civil em curso; -----

----- A anulação da receita arrecadada e conseqüente restituição dos valores já pagos no valor de 1 071,00 € (mil e setenta e um euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO IV - CONSTITUIÇÃO DA SECÇÃO AUTÓNOMA DO CONSELHO COORDENADOR DE AVALIAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DO PESSOAL NÃO DOCENTE.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, que a Câmara Municipal delibere, nos termos da informação emitida, ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do Artigo 3.º da Portaria n.º 759/2009, de 16 de julho e do Artigo 4.º do Regulamento de Funcionamento do Conselho Coordenador de Avaliação, no âmbito do Conselho Coordenador de Avaliação do Município que a Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente vinculado à Câmara Municipal, seja Presidida pelo Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com competência delegada e constituída pelo Vereador da Área da Educação, pelos Diretores dos Agrupamentos de Escolas Marinhas do Sal e Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo Diretor da Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, pela Dirigente responsável pela área dos Recursos Humanos e pela Dirigente responsável pela área da Educação.. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO V - UTILIZAÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO – ASSISTENTES OPERACIONAIS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, autorizar os recrutamentos em apreço, com recurso à utilização de reserva de recrutamento resultante de procedimento concursal comum, nos termos e fundamentos constantes na informação em referência, conforme previsto no artigo 30.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria 12-

A/2021, de 11 de janeiro, para o preenchimento de 6 postos de trabalho vagos no mapa de pessoal desta Câmara Municipal, em cumprimento da dotação máxima de referência definida pela Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, para o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, a saber: 6 Assistentes Operacionais – Atividade: Cooperar na execução de tarefas inerentes às atividades pedagógicas, lúdicas e recreativas; Vigiar e disciplinar a utilização dos espaços interiores e exteriores garantindo o cumprimento das regras de higiene, prevenção e segurança das crianças; Auxiliar as crianças na sua higiene pessoal e nas refeições, promovendo a sua autonomia; Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material, equipamento didático e informático, necessário ao desenvolvimento do processo educativo, comunicando estragos e extravios; Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança a unidades de prestação de cuidados de saúde; Acompanhar as crianças na utilização de transportes escolares zelando pela segurança, assegurando o acesso, a correta acomodação e uso dos cintos de segurança, e saída das crianças das viaturas; Prestar esclarecimentos aos encarregados de educação, presencialmente, ou telefonicamente, recebendo e transmitindo mensagens; Exercer tarefas de atendimento e encaminhamento de utilizadores da escola e controlar entradas e saídas da escola; Colaborar no fornecimento das refeições aos membros da comunidade educativa, apoiando as crianças no refeitório, promovendo a sua autonomia. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ----

----- **PONTO VI - INICIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações e de acordo com o previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, iniciar o procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento de exploração de modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicitar a decisão no sítio da Internet do Município. -----

----- Mais deliberou delegar no Chefe de Divisão da Unidade Jurídica e Contratação Pública a direção do procedimento nos termos do artigo 55º do citado código que, por sua vez, pode encarregar inferior hierárquico seu da realização de diligências instrutórias específicas.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

---- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

---- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO VII - PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO – VÁRZEA – RIO MAIOR.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 5432 de 22/03/2021 e na informação n.º 808 de 14/01/2021, e de acordo com o requerido, certificar que, o caminho que atravessa o prédio localizado na Várzea, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 86 da secção I da freguesia de Rio Maior e registado na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o n.º 7766/20060612, identificado na planta apensa ao pedido, é considerado caminho público-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.

----- **PONTO VIII - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL COM A VALÊNCIA DE CENTRO DE DIA – LAR FAUSTA SEQUEIRA NOBRE.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, a atribuição de um apoio financeiro no valor de 606,05€ (seiscentos e seis euros e cinco cêntimos) ao Lar Fausta Sequeira Nobre para fazer face às dificuldades causadas ao seu funcionamento pela situação pandémica que o país continua a atravessar, calculado com base no número de 5 utentes apoiados no respetivo Centro de Dia.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio referindo que o presente ponto lhe tinha suscitado uma dúvida relativa aos apoios aos Centros de Dia, questionando o Executivo, se foi uma decisão total e absoluta para todos, não carecendo de pedido de apoio por parte das IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social). -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para esclarecer o Vereador Daniel Pinto, dizendo que numa reunião com a Direção do Lar Fausta Sequeira Nobre, foi abordado este assunto, e o Lar informou que também tinha acordos para utentes do Centro de Dia, apenas para cinco vagas, no entanto, ficaram surpreendidos, porque quando foi feito o levantamento que deu origem aos apoios que foram prestados aos Centros de Dia, o Lar Fausta Sequeira Nobre, não foi considerado por erro, porque apenas se considerou a estrutura residencial. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO IX CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE CICLOVIAS | CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA RIO MAIOR VALE DE ÓBIDOS - ESTUDO PRÉVIO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pelo Serviço de Projetos e Fiscalização de Obras Públicas e respetivo parecer do Sr. ° Chefe de Divisão de Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas: -----

----- Aprovar o Estudo Prévio para a realização de empreitada da construção da ciclovia Rio Maior-Vale de Óbidos de acordo com a memória Descritiva e Justificativa e Peças Desenhadas que integram a referida informação técnica. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio dizendo que o seu ponto de vista sobre este projeto da ciclovia para Vale de Óbidos era de que nas ciclovias deveria haver um equilíbrio, dizendo que quanto mais ciclovias houver melhor, porque se pretende que sejam muito utilizadas, sendo que a ciclovia mais utilizada é a que faz a ligação da cidade de Rio Maior às Salinas, no entanto, a ciclovia que faz a ligação da Cidade de Rio Maior para Asseiceira tem uma utilização muito reduzida e numa análise custo benefício, poderia ser considerado que provavelmente foi um excesso e um desbaratar de dinheiro público, porque não tem utilização. Disse também que o caminho faz-se caminhando e que aquele espaço também poderá servir para incentivar a utilização porque os que se pretende é que as ciclovias tenham utilização como esta nova que está agora em prospeção para Vale de Óbidos. Saudou a sua construção e também votaria favoravelmente o mesmo para a ciclovia para a localidade de Azinheira que lhe parecia uma boa iniciativa. -----

----- Lembrou também e sugeriu uma reflexão sobre o facto de que uma ciclovia poderia ser para consumo interno ou externo, porque uma ciclovia poderá servir as necessidades, os anseios e o sonho das pessoas que residem no Concelho e no seu dia a dia querem ter essa qualidade de vida, com a promoção de estilos de vida saudável que é importante estimular, por outro lado, uma ciclovia poder e deve ser também um recurso turístico de atração de visitantes e de turistas. -----

----- Disse que um pouco por todo o País existem ciclovias, passadiços e cada vez mais existem infraestruturas a este nível que são autênticos cartazes Turísticos de grande atração, por isso gostaria de reforçar o seu pensamento sobre estas questões, e que a Câmara Municipal, além das ciclovias que servem para consumo interno, deveria encontrar um projeto de uma ciclovia de ligação à Capital de Distrito da Cidade de Santarém, passando por várias freguesias do concelho, pela Cidade de Rio Maior, continuando e passando por Caldas da Rainha até à Foz do Arelho. Aditou que a Câmara Municipal não deve desistir, devendo trabalhar muito para que esta ideia se

possa concretizar. -----

----- Ainda e na sequência do trabalho que se está a fazer sobre a “rota dos Caminhos de Fátima”, esperava que pudessem ser encontrados caminhos de valorização no Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, ao nível da ciclovía. Em síntese, disse que considerava que o grande projeto de atração Turística para Rio Maior, em termos de ciclovía, seria a ciclovía intermunicipal de ligação da Cidade de Santarém, passando por Rio Maior e recuperando o traçado da antiga linha do comboio, até ao mar. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para informar que já estava a ser desenvolvido um projeto que fará a ligação da Zona Ribeirinha até às “Bocas”, passando pelas Escadinhas, pela Central Elétrica e por toda aquela área que pretendem tornar visitável e agradável. Acrescentou que o projeto estava em conclusão e pretendia apresentá-lo brevemente na Reunião de Câmara. Será um projeto que envolve além do caminho natural ao longo do rio, e nos locais onde não é possível ser percorrido junto á margem, envolve a construção de passadiços, por forma a que se possa fazer todo o percurso da Zona Ribeirinha às “Bocas”, junto ao rio, o que valorizará muito a Zona Ribeirinha, permitindo às famílias fazerem a ligação da Cidade àquele espaço. -----

----- Sobre a ciclovía de ligação da Cidade à localidade de Asseiceira, disse que discordava da opinião do Vereador Daniel Pinto, porque de facto não tem uma utilização massiva, mas vai tendo alguma utilização, acrescentando que a referida ciclovía teve o condão de fazer uma ligação entre uma freguesia e a Cidade, puxando a localidade de Asseiceira, que é uma freguesia que mantém crescimento até populacional, para dentro da cidade, sendo cada vez mais confortável, em termos de infraestruturas, residir na Asseiceira e trabalhar em Rio Maior, e neste sentido, disse que se está a trabalhar ainda no âmbito de um projeto piloto, na extensão da rede de bicicletas partilhadas que se pretende reabrir no mês de Maio, porque faz todo o sentido que as localidades que estão unidas por ciclovias, possam também ver esta rede de bicicletas partilhadas, estendida, munindo assim as freguesias de mais equipamentos para que as pessoas que ali residem possam ter mais conforto. -----

----- Ainda no uso da palavra disse que era urgente requalificar o circuito normal de treino dos atletas, fazendo uma ligação entre a Caniceira, as Marinhas do Sal e o “Ferro de Engomar”, porque é nesta zona que os atletas fazem o seu treino diário, sendo uma zona bastante perigosa devido a falta de passeios ao longo da estrada. Concluiu dizendo que este era um projeto que também se pretendia desenvolver. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 26 DE MARÇO DE 2021

Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

-----**ENCERRAMENTO**-----

----- Quando eram onze horas e vinte e três minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____